

Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2009
TIPO DESTA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS**, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, n.º 526, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a **Tomada de Preços em epígrafe às 8:30 horas no dia vinte e quatro de abril de 2009**, na sala de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, a **abertura dos envelopes n.ºs 01 e 02**, contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL**, respectivamente, para aquisição de passagens aéreas e terrestres para atender as necessidades das Secretarias do Município de Rondonópolis, Conforme Especificações Contidas no Edital.

Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT., no endereço acima citado.

Rondonópolis-MT, 8 de abril de 2009.

Leandro Junqueira P. Arduini
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2009.

O **SANEAR – SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE RONDONÓPOLIS**, Estado de Mato Grosso, Autarquia Municipal, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da licitação em epígrafe: **LOTE 01 – EBARA INDÚSTRIAS MECÂNICAS E COMÉRCIO LTDA** com o valor global de R\$ 76.000,00.

Rondonópolis-MT, 06 de abril de 2009.

Marcos Brumatti
Pregoeiro

ÁGUA LIMPA E PARADA: É DISSO QUE O MOSQUITO DA DENGUE GOSTA.

EVITE ÁGUA LIMPA E PARADA EM PNEUS, PRATOS DE PLANTAS, XAXINS, GARRAFAS, LATAS E EM OUTROS RECIPIENTES. TAMPE CAIXAS D'ÁGUA, CISTERNAS, TAMBORES E OUTROS DEPOSITOS DE ÁGUA.

RONDONÓPOLIS-MT, 06 de abril de 2009.

Secretaria Municipal de Saúde

Ministério da Saúde

Brasil EM AÇÃO



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano X - Nº 1973 - Quarta-feira, 08 de Abril de 2009

Poder Executivo

Decreto

DECRETO Nº 5.413, DE 08 DE ABRIL DE 2009.

REQUISITA CNPJ, BENS E SERVIÇOS DO HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E MATERNIDADE DE RONDONÓPOLIS e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe conferem os Incisos I do art. 18, c/c V, art. 79 da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que o Direito à saúde é parte dos direitos sociais, que têm como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas e que a Constituição de 1988 determinou como dever do Estado promover a saúde de todos;

CONSIDERANDO que todas as pessoas têm direito ao atendimento aos serviços de saúde independentemente de cor, raça, religião, local de moradia, situação de emprego ou renda, cabendo ao Poder Público a regulamentação, fiscalização e controle das ações e serviços para atendimento ao dispositivo legal;

CONSIDERANDO que o artigo 6º da Constituição Federal, reconhece o direito à saúde como direito fundamental com aplicação imediata;

CONSIDERANDO que o princípio da prevalência dos interesses coletivos em relação aos individuais sustenta a necessidade da medida ora adotada, tendo em vista o desequilíbrio na prestação dos serviços com relação aos planos de saúde privados e os verdadeiros destinatários dos recursos públicos ali investidos;

Expediente

PREFEITO MUNICIPAL _____ **JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAUJO**
Vice-Prefeita _____ **Mariela Salles**
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social _____ **Neuma de Moraes**
Secretaria Municipal de Administração _____ **Gerson Araujo de Oliveira**
Secretaria Municipal de Agricultura e Pec. _____ **Valdir Correa**
Secretaria Municipal de Desenv. Econ. _____ **Valdemir Castilho Soares**
Secretaria Municipal de Educação _____ **Silvio Moises Negri**
Secretaria Municipal Esporte, Cultura e Lazer _____ **Susan Meire Moretti Binha**
Secretaria Municipal de Finanças _____ **Carlos Katsumi Minakami**
Secretaria Municipal de Governo _____ **Milton Gomes da Costa**
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Urbanismo _____ **Ronaldo Sedy Iticava Uramoto**
Secretaria Municipal de Meio Ambiente _____ **Lindomar Alves da Silva**
Secretaria Municipal de Planejamento _____ **Jose Batbino de Melo**
Secretaria Municipal de Receita _____ **Regina Celi Marques Ribeiro**
Secretaria Municipal de Saúde _____ **Valdecir Fellini**
Secretaria Municipal Transporte, Transito e Desenv. Urbano _____ **Pedro Machado Miranda**
Procuradoria Geral do Município _____ **Efraim Alves dos Santos**
CODER Cia Desenvolvimento Rondonopolis _____ **Darci Lovato**
Diário Oficial do Município _____ **Anna Clara Quintana**
IMPRO _____ **Josemar Ramiro e Silva**
SANEAR _____ **Terezinha Silva Souza**
ServSaude _____ **Vilmondes Aprigio da Silva Luz**

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde é integrado pela União, pelos Estados e pelos Municípios, conforme o disposto no art. 198, § 1º, da Constituição Federal, razão pela qual é coerente asseverar que a responsabilidade pelo cumprimento dos serviços de saúde é solidária, cabendo a qualquer dos referidos entes atuar de forma efetiva para o fiel cumprimento da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal acolhem a orientação no sentido de que é dever do Estado fornecer gratuita, isonômica, regular e eficientemente os atendimentos necessários para o tratamento médico dos hipossuficientes economicamente;

CONSIDERANDO que o atendimento deve ser universal (atingindo a todos os que precisam) e integral (garantindo tudo o que a pessoa precise);

CONSIDERANDO que o artigo 196 da Magna Carta impede que a Administração Pública quede inerte e deixe de assegurar o atendimento aos necessitados, que não gozam dos recursos necessários para realização de cirurgias, exames, bem como o fornecimento de quaisquer outros meios destinados a cura de moléstias;

CONSIDERANDO que o atendimento gratuito aos comprovadamente necessitados está diretamente atrelado ao direito à vida e à dignidade da pessoa humana, cumprindo ao Poder Público **adotar todas as medidas tendentes a viabilizá-los**, fornecendo às pessoas carentes meios indispensáveis ao tratamento de doenças, sem restringir tal direito à qualquer listagem ou privilégios em razão de plano de assistência;

DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais
Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526
Vila Aurora - fone (66) 411-5285
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 as 18h
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000
Órgão de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo: **Milton Gomes da Costa**
Diário Oficial: Anna Clara Quintana
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br
E-mail: diorondon@diorondon.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon			
Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio)	R\$ 160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,85		
Assinatura Semestral		Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros por certificado linear de cultura	
retraiada no balcão	R\$ 50,00		R\$ 1,20

CONSIDERANDO que a medida visa garantir o mínimo necessário para que o cidadão goze de uma vida digna, não se podendo admitir que a Santa Casa se valha de escusas, como o elevado ônus, para a inobservância necessária as políticas públicas, deixando de cumprir uma obrigação prevista na Constituição Federal e regulada pela Lei nº 8.080/90 como está ocorrendo;

CONSIDERANDO que a natureza jurídica da Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis é FUNDAÇÃO e que cerca de 70% de sua receita anual é proveniente de verbas do Sistema Único de Saúde – SUS (federal, estadual e municipal), para atendimento de assistência à saúde, especialmente, à comunidade de baixa renda;

CONSIDERANDO que a Santa Casa vem constantemente se equipando, se modernizando com recursos do SUS, mas privilegiando o atendimento aos planos de assistência privados em detrimento dos hipossuficientes usuários do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO que a FUNDAÇÃO Santa Casa, criada em 17 de maio de 1971, tem finalidade social e atendimento filantrópico, portanto, mantida com verbas públicas (federal, estadual e municipal) com a finalidade primeira de atender aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS e que é hospital de referência atendendo número reduzido de cidadãos deste município e dos municípios vizinhos;

CONSIDERANDO que o atendimento à população encontra-se gravemente prejudicado, tendo em vista a atual gestão da Santa Casa destinar maior, melhor e privilegiado atendimento aos convênios privados e ao atendimento particular, agravando a deficiência no atendimento aos usuários do SUS;

CONSIDERANDO que é público e notório a enorme quantidade de reclamações da população junto ao Ministério Público, bem como as ações deste em face do Município, em razão do atendimento precário, irregular, deficiente e discriminador aos hipossuficientes;

CONSIDERANDO que a Santa Casa chegou a estabelecer portas de acesso distintas, sendo uma para atendimento do SUS, e outra para os convênios privados e particulares;

CONSIDERANDO que a Santa Casa recebeu em 2007 cerca de um milhão e quinhentos mil reais do Governo de Estado para reforma e implantação da UTI Adulto e Centro Cirúrgico e que tais investimentos não deram respostas aos anseios dos usuários do SUS;

CONSIDERANDO que o Governo do Estado promoveu a implantação da UTI Neonatal com 10 leitos em 2008;

CONSIDERANDO que a Procuradoria do Ministério do Trabalho doou cerca de Trezentos e cinquenta mil reais em 2008, em equipamentos, para a Santa Casa atender as pessoas mais necessitadas que dependem do SUS;

CONSIDERANDO que apesar de todo empenho e aporte de recursos públicos ali injetados a Santa Casa não finalizou a sua estrutura física, nem tampouco implementou os serviços demandados pelos acometimentos de maior mortalidade (doenças e causas externas) no município;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliação das especialidades médicas e de procedimentos de maior complexidade, em relação às ora atendidas;

CONSIDERANDO que a ampliação dos serviços implica na retomada de investimentos públicos em estrutura física e equipamentos hospitalares;

CONSIDERANDO as tentativas frustradas de entendimento com a Secretaria Municipal de Saúde para adequar o Plano Operativo Anual (POA), daquela que quer reduzir e desta que almeja aumentar o número de cirurgias eletivas;

CONSIDERANDO a Notificação Recomendatória n.15/2009 do Ministério Público e os motivos nela constantes;

CONSIDERANDO a busca de soluções urgentes no sentido de sanar as demandas reprimidas de internações, cirurgias eletivas, dando prioridade aos idosos e crianças, bem como demais cirurgias em demanda reprimida e ainda as cirurgias emergenciais.

DECRETA:

Art. 1º Ficam requisitados, na forma do artigo 15, inciso XIII, da Lei Federal n. 8080, de 19 de setembro de 1990, por esta Administração Pública Municipal, o cadastro nacional de pessoa jurídica – CNPJ, todos os serviços, e os bens correspondentes, estados e existentes na Santa Casa de Rondonópolis, neste Município.

Art. 2º Em decorrência da presente requisição, o Secretário Municipal de Saúde fica responsável pela gestão integral da Santa Casa, podendo executar as medidas que entender necessárias ao reverso da situação atual, inclusive proceder a nomeação através de Portarias, das pessoas,

servidores municipais ou não, encarregados da administração da Santa Casa.

Art. 3º A presente requisição vigorará até o dia 10 de abril de 2010, ou enquanto persistirem os motivos de intervenção, podendo ser prorrogada, caso haja necessidade, em atendimento aos interesses e à saúde pública.

Art. 4º Este Decreto será operacionalizado por meio de Convênio firmado entre o Município de Rondonópolis, O Estado de Mato Grosso e a União Federal, através do Ministério da Saúde.

Art. 5º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 08 de abril de 2009; 93ª da Fundação e
55ª da Emancipação Política.

JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAUJO
(Prefeito Municipal)

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA
Secretário Municipal de Governo

Portaria



I.M.P.R.O

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES DE RONDONÓPOLIS-MT**

PORTARIA Nº 499 - DE 26 DE MARÇO DE 2009.

RETIFICA A PORTARIA DE Nº 2.072, DE 29 DE JANEIRO DE 1.992, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE A SERVIDORA SRA. ANA FILISBINA RIBEIRO, CONFORME PROCESSO Nº 447/2009.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA, Diretor Executivo - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rondonópolis - IMPRO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 4.614, de 25/08/2005, publicada no Diário Oficial de Rondonópolis - DIORONDON aos 31/08/2005.

CONSIDERANDO a disposição legal do artigo 71, inciso III da Constituição Federal de 1988; artigo 47, inciso III da Constituição do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO o Decreto de nº 5.013, de 12/05/2008 alterado pelo Decreto nº 5.030, de 20/05/2008, que regulamenta a transferência dos aposentados e pensionistas da Prefeitura de Rondonópolis e mantém o seu custeio de acordo com artigo 101 da Lei Municipal nº 4.614, de 25/08/2005;

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 40, inciso I, parágrafo 4º da Constituição Federal de 1988 – redação original; Artigo 122 e Artigo 132, inciso I, parágrafo 4º da Lei Orgânica Municipal; Artigo 53, inciso I, parágrafo 4º da Lei Municipal nº 1.752, de 17 de agosto de 1990 (Estatuto dos Servidores públicos do Município de Rondonópolis, das Autarquias e Fundações Municipais);

CONSIDERANDO que não houve interrupção dos pagamentos do benefício e o disposto no Processo nº 4.721/91 da Prefeitura de Rondonópolis.

RESOLVE:

Artigo 1º - Retificar o artigo 1º da Portaria nº 2.072, de 29 de janeiro de 1992, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - Aposentar com proventos integrais a Servidora **ANA FILISBINA RIBEIRO**, matrícula nº 412971-1, RG nº 491.295 SSP/MT, expedida em 08/02/1984, CPF/MF nº 458.228.161-34, CTPS nº 78.809, série 00005-MT, Título Eleitoral nº 002428471848 – Zona 10 – Seção 36, Classificação Funcional: Cargo – Auxiliar de Serviços Diversos/Continua, Padrão IV, Referência 2, lotada na Secretaria Municipal de Administração do município de Rondonópolis – MT, com período de tempo de contribuição de: 08/05/1990 a 29/01/1992, totalizando 632 dias".

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ratificando os termos da Portaria nº 2.072, de 29/01/1992, que não foram alterados por este instrumento;

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rondonópolis(MT), 26 de março de 2009.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA
Diretor Executivo

Edson Wander Pinha da Silva
Gerente de Benefícios Previdenciários

Registrada neste Instituto e publicada por
afixação no lugar público de costume e no
Diário Oficial do Município, na data supra

Edson Wander Pinha da Silva
Gerente de Administração e Finanças



I.M.P.R.O

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES DE RONDONÓPOLIS-MT**

PORTARIA Nº 501 - DE 1º DE ABRIL DE 2009.

RETIFICA A PORTARIA DE Nº 3.381, DE 16/04/1996, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO SERVIDOR SR. VERGÍLIO FERNANDES DE OLIVEIRA, DE A CORDO COM O PROCESSO IMPRO Nº 468/2009.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA, Diretor Executivo - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rondonópolis - IMPRO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 4.614, de 25/08/2005, publicada no Diário Oficial de Rondonópolis - DIORONDON aos 31/08/2005.

CONSIDERANDO a disposição legal do artigo 71, inciso III da Constituição Federal de 1988; artigo 47, inciso III da Constituição do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO o Decreto de nº 5.013, de 12/05/2008 alterado pelo Decreto nº 5.030, de 20/05/2008, que regulamenta a transferência dos aposentados e pensionista da Prefeitura de Rondonópolis e mantém o seu custeio de acordo com artigo 101 da Lei Municipal nº 4.614, de 25/08/2005;

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 40, inciso I, parágrafo 4º da Constituição Federal de 1988 – redação original; Artigo 122 e Artigo 132, inciso I, parágrafo 4º da Lei Orgânica Municipal; Artigo 53, inciso I, parágrafo 4º da Lei Municipal nº 1.752, de 17 de agosto de 1990 (Estatuto dos Servidores públicos do Município de Rondonópolis, das Autarquias e Fundações Municipais);

CONSIDERANDO que não houve interrupção dos pagamentos do benefício e o disposto no Processo nº 1.190/96 da Prefeitura de Rondonópolis;

CONSIDERANDO a Portaria nº 2.164, de 10/03/1993, do Executivo Municipal que dispõe sobre a nomeação do Sr. Vergílio Fernandes de Oliveira para o Cargo de Agente de Vigilância por ter sido aprovado em concurso público municipal, retroagindo seus efeitos a data de 27/01/1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Retificar o Item – I, da Portaria nº 3.381, de 16 de abril de 1996, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Aposentar com proventos proporcionais o Servidor **VERGÍLIO FERNANDES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 33197-1, RG nº 230.395 SSP/MT, expedida em 01/06/1979, CPF/MF nº 208.205.261-34, CTPS nº 30.070, série 182-MT, Classificação Funcional: Cargo – Agente de Vigilância, Padrão I, Referência 6, lotado na Secretaria Municipal de Educação do município de Rondonópolis – MT, com período de tempo de contribuição de: 22/03/1968 a 16/04/1996".

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ratificando os termos da Portaria nº 3.381, de 16/04/1996, que não foram alterados por este instrumento, com data do início do benefício a partir de 16/04/1996, até posterior deliberação;

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rondonópolis(MT), 1º de abril de 2009.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA
Diretor Executivo

Edson Wander Pinha da Silva
Gerente de Benefícios Previdenciários

Registrada neste Instituto e publicada por
afixação no lugar público de costume e no
Diário Oficial do Município, na data supra

Edson Wander Pinha da Silva
Gerente de Administração e Finanças